

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES

Grupo de trabalho: CONSEMA

Foram definidos 3 itens a serem abordados pelo Grupo:

1. A Participação do CREA quando da aprovação de novas Resoluções no CONSEMA. Entende-se que o papel do CREA sendo representado neste Conselho Estadual de Meio Ambiente, através de uma “cadeira”, seja o de garantir a proteção à sociedade e meio ambiente, como também dos interesses dos profissionais ligados ao CREA-SP.

Desta maneira, propõem-se a criação de um procedimento, capitaneado pela Comissão Permanente de Meio Ambiente do CREA-SP (CPMA), que possibilite o representante do CREA-SP no CONSEMA, solicitar vistas aos processos de aprovação de Resoluções SMA, para análise dos mesmos, antes de sua aprovação,

Exemplos reais: Resolução SMA 031/09, revogada pela Resolução SMA 072/17
“Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo, condomínios ou qualquer edificação em área urbana, e o estabelecimento de área permeável na área urbana para os casos que especifica”...

itálico nosso

Resolução SMA 08/08 – *“Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas, revogada pela Resolução SMA 032/14 - Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas”.*

itálico nosso

Resolução SMA 86/09 – *“Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa em áreas rurais no Estado de São Paulo”*

Resolução SMA 84/2013 – *“Dispõe sobre a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados”*, revogadas pela Resolução SMA 007/17 – *“Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo”*;

Resolução SMA 09/09 *“Dispõe sobre as situações de ocorrências de restingas consideradas de preservação permanente no Estado de São Paulo”*, repristinada pela Resolução SMA 082/17 – *“Dispõe sobre os procedimentos de aplicação da Resolução CONAMA 303/02 em cumprimento a determinação judicial, repristina os efeitos da Resolução SMA 09/09 e altera alguns de seus dispositivos”*.

Estes exemplos demonstram a dificuldade em aprovar licenciamentos que habitualmente demandam 4 a 5 anos para serem concluídos e, que necessitam de alterações que muitas vezes resultam em perdas completas de levantamentos, projetos, relatórios, etc..

2. Fiscalização relativa à área ambiental;

Recomenda-se a capacitação técnica dos fiscais do CREA, através de treinamento para reconhecimento e identificação de atividades ambientais, desenvolvidas pela iniciativa privada e pública.

Tais treinamentos podem ser desenvolvidos pelos próprios conselheiros do CREA, já que se tratam de profissionais oriundos das Universidades, Associações de classe e Sindicatos.

Propõe-se ainda a elaboração de cronograma de acompanhamento da fiscalização a ser desenvolvido pelos componentes das CAFs, com indicadores.

Recomenda-se ainda a criação de convênio com a Polícia ambiental para fiscalização e autuação nos casos de danos ambientais ou desrespeito às legislações ambientais vigentes.

3. Cumprimento às atribuições da Lei Federal do CREA pelos órgãos públicos;

Trata-se de matéria corrente o fato de que os projetos com interferência no meio ambiente, atualmente em aprovação, vem sendo analisados por profissionais que em alguns casos, não possuem atribuição atendendo a Resolução Federal 1073/16 do sistema CONFEA/CREA. O mesmo fato ocorre também nos entes Municipais, Autarquias, Ministério Público e Poder Judiciário.

Existem casos relatados nos quais profissionais do sistema com atribuição técnica e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) tem trabalhos submetidos a análise de órgãos públicos, cujos funcionários responsáveis pela análise, não detém atribuição (segundo Resolução Federal 1073/2016) para realizar as análises específicas dos documentos submetidos, causando assim prejuízos diversos, tais como: Velocidade na condução do processo, Respaldo legal, Impactos ambientais, técnicos e financeiros.

Evidencia-se ainda que nos órgãos públicos existem profissionais atuando sem registro no sistema CREA/CONFEA que os caracteriza como leigos.

Vale ressaltar que os órgãos públicos não exigem dos seus técnicos a emissão de ARTs, nem mesmo de “Cargo e Função”, o que não responsabiliza os profissionais pelas atitudes tomadas e pareceres exarados.

CONCLUSÃO:

Conclui-se que é de suma importância a manutenção e efetiva participação do representante do CREA no CONSEMA, participando principalmente na criação de novas Resoluções ambientais.

Que seja criado um procedimento para que todas as Câmaras Técnicas do CREA em parceria com a CMA, possam se manifestar sobre estas novas Resoluções.

Que os fiscais do CREA necessitam de capacitação técnica específica ambiental para aumento da eficiência nas notificações e autuações, ampliando a valorização dos profissionais do sistema.

Que todos os técnicos, pertencentes à iniciativa pública ou privada, sendo profissionais do sistema CONFEA/CREA, sejam devidamente registrados e emitam ART relativa a todos os trabalhos técnicos desenvolvidos.

Rafael Ricardi Irineu
CREA 5060745160